

24 ABR 2004

# Aperto fiscal produz superávit de R\$ 10,28 bi

Economia - Brasil

82

ESTADO DE SÃO PAULO

Economia para pagar juros atinge recorde em março, e chega a 5,41% do PIB no trimestre

ADRIANA FERNANDES  
e GUSTAVO FREIRE

**B**RASÍLIA - Em meio às críticas pela incapacidade administrativa de investir em programas prioritários, como saneamento e reforma agrária, o governo anunciou ontem um superávit primário de R\$ 10,28 bilhões nas contas de março do setor público (União, Estados, municípios e empresas estatais). Foi o maior superávit mensal desde 1991, quando o Banco Central começou a contabilizar esse indicador, que mostra quanto os governos conseguem economizar para pagar juros e controlar o crescimento da dívida pública.

Nos três primeiros meses do ano, o superávit acumulado do setor público já chega a R\$ 20,52 bilhões, equivalente a 5,41% do Produto Interno Bruto (PIB) estimado para o período. Isso representou uma folga de R\$ 6 bilhões em relação à meta de R\$ 14,5 bilhões acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para o trimestre. "Essa margem de R\$ 6 bilhões favorece o cumprimento da meta estabelecida para o ano todo, de 4,25% do PIB", disse o chefe do Departamento Econômico (Depec) do BC, Altamir Lopes. Sozinho, o superávit do mês de março, de R\$ 10,28 bilhões, corresponde a 2,63% do PIB do trimestre.

O aperto fiscal histórico ajuda a equipe econômica a reforçar seu compromisso com a responsabilidade fiscal, que vinha sendo posta em dúvida por analistas, num momento em que o governo sofre pressões por maiores gastos. O resultado recorde deve-se também ao forte aumento das receitas, puxado principalmente pelos efeitos da nova forma de cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

A economia foi até mesmo suficiente para pagar as despesas de R\$ 10,20 bilhões com juros no mês, com sobra de R\$ 75 milhões. Ou seja, o setor público teve superávit nominal nas suas contas em março, situação que não acontecia desde abril de 2003. Com isso, a dívida líquida do setor público caiu de 58,2% para 57,4% do Produto Interno Bruto (PIB), menor nível desde dezembro passado.

A dívida caiu de R\$ 926,68 bilhões para R\$ 924,44 bilhões, e também ficou abaixo da meta indicativa acertada com o FMI, de R\$ 992,924 bilhões. Lopes destacou que a trajetória da relação entre a dívida líquida e o PIB é decrescente, com a redução dos juros e a realização dos superávits primários. A dívida interna ainda é vista como um dos principais indicadores da vulnerabilidade do País.

O tamanho do superávit, no entanto, surpreendeu analistas econômicos, que esperavam entre R\$ 5,5 bilhões e R\$ 7,5 bilhões. O saldo elevado também serviu como resposta às críticas que ganharam força depois que o banco americano JP Morgan rebaixou, na semana passada, os títulos da dívida brasileira e classificou a política fiscal brasileira de "permissiva".

Parte dessa desconfiança do mercado veio com o resultado das contas em fevereiro, quando as estatais federais tiveram forte resultado negativo. Desta vez, porém, elas garantiram o superávit em março. Em conjunto, as estatais (federais, estaduais e municipais) passaram de um déficit de R\$ 3,22 bilhões em fevereiro para um superávit de R\$ 2,98 bilhões em março. As federais, que haviam tido déficit de R\$ 3,7 bilhões, apresentaram resultado positivo de R\$ 2,8 bilhões no mês passado.

